

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Gestão de Recursos Humanos,
Financeiros e Patrimoniais

Aviso n.º 13758/2010

Apresentação de candidaturas

Concurso para financiamento de actividades dos sujeitos passivos que contribuam para o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos

Em cumprimento do artigo 8.º do Regulamento Relativo à Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e em conformidade com disposto no artigo 16.º da Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro, torna-se público que, por despacho de 30 de Junho de 2010 da Subdirectora-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, Eng.ª Luísa Zuzarte Pinheiro, se encontra aberto Concurso para Financiamento de actividades dos sujeitos passivos que contribuam para o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos, nos seguintes termos:

1 — Enquadramento

O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, determina no seu artigo 58.º, que as entidades gestoras de sistemas de fluxos específicos de resíduos, individuais ou colectivos, de CIRVER, de instalações de incineração e co-incineração de resíduos e de aterros estão obrigadas ao pagamento de uma taxa de resíduos (TGR) que tem por objectivo compensar os custos administrativos de acompanhamento das respectivas actividades e estimular o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos.

A Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, ao aprovar o Orçamento de Estado para 2009, veio através do seu artigo 121.º alterar o disposto no Decreto-Lei n.º 178/2006, prevendo a consignação das receitas da TGR, designadamente, ao financiamento de actividades dos sujeitos passivos que contribuam para o cumprimento de objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos.

A referida alteração ao regime geral de gestão de resíduos foi regulamentada pela Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro, que veio definir as regras sobre a forma de operar a consignação da receita da TGR, aprovando o Regulamento Relativo à Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos, doravante designado por «Regulamento».

2 — Objectivos do concurso

Estimular o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos através do financiamento de actividades dos sujeitos passivos da Taxa de Gestão de Resíduos que demonstrem relevância estratégica e enquadramento nos objectivos definidos nos planos específicos de gestão de resíduos e nos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção e na legislação em vigor.

3 — Tipologias de acções elegíveis

As tipologias de acção passíveis de apresentação no âmbito do presente Aviso, são as que tiverem enquadramento numa ou mais das alíneas do artigo 6.º da Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro, tendo sido identificadas como prioritárias no âmbito do presente Concurso, as que se apresentam no quadro seguinte:

QUADRO 1

Tipologias de acções elegíveis

Código	Tipologia de acção
TA01	Projectos de prevenção de resíduos, como sejam a compostagem caseira, plataformas para a promoção da reutilização, desincentivo ao uso de sacos de plástico, entre outras.
TA07	Projectos de recolha selectiva do tipo <i>pay-as-you-throw</i> .
TA08	Projectos de recolha selectiva porta-a-porta.
TA09	Projectos de recolha de pequenas quantidades de resíduos perigosos contidos nos resíduos sólidos urbanos.
TA10	Projectos de reciclagem e valorização de fluxos de resíduos existentes e emergentes, designadamente quanto a resíduos de embalagens, óleos alimentares usados, resíduos de construção e demolição, resíduos biodegradáveis, entre outros.

Código	Tipologia de acção
TA12	Projectos de apoio à resolução de passivos ambientais, como sejam as decorrentes de lixeiras encerradas, sucatas, entre outras.
TA13	Apoio a acções de sensibilização e comunicação específicas, designadamente no âmbito do eco-consumo e da redução do consumo de sacos de plástico.
TA16	Projectos de apoio ao desenvolvimento do mercado organizado dos resíduos.
TA17	Estudos para a aplicação de materiais reciclados.
TA18	Outras acções que estimulem o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos.

No quadro do presente Concurso foi entendido como prioritário o financiamento de acções, projectos ou operações com enquadramento nas tipologias de acção identificadas no Quadro 1, não sendo contudo inviabilizadas candidaturas que se enquadrem noutra alínea do artigo 6.º da Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro, devendo para o efeito ser seleccionado o código TA18, no preenchimento do Formulário de Candidatura.

O horizonte temporal para a sua execução (física e financeira) das acções, projectos ou operações propostas a financiamento, não poderá ser superior a 24 meses.

Será dada prioridade aos projectos que envolvam acção no terreno em detrimento daqueles que se resumam a estudos.

4 — Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis para efeitos do financiamento dos sujeitos passivos da TGR:

a) As despesas relativas a acções, projectos ou operações que tenham sido desenvolvidos sem o respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a:

- i) Regras de contratação pública;
- ii) Legislação ambiental;
- iii) Instrumentos de gestão territorial;

b) As despesas relacionadas com a execução de trabalhos que substanciem trabalhos a mais ou adicionais, nos termos previstos no artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos;

- c) As despesas relativas a encargos gerais dos sujeitos passivos da TGR;
- d) As despesas para pagamento de juros devedores;
- e) As despesas que envolvam a aquisição de terrenos num montante superior a 15% das despesas totais elegíveis da acção, projecto ou operação;
- f) O Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA).

Em derrogação ao disposto na alínea e), supra, e em casos excepcionais justificados pelos beneficiários, a entidade promotora pode aceitar despesas para aquisição de terrenos em montante superior a 15% das despesas totais elegíveis, nos termos do previsto no n.º 2, do artigo 13.º, do Regulamento.

5 — Apresentação de candidaturas

5.1 — Condições de elegibilidade

As condições de elegibilidade dos beneficiários e das candidaturas são as fixadas no Regulamento, nomeadamente nos artigos 10.º, 11.º e 12.º. Assim, nos termos das condições de admissibilidade e aceitabilidade fixadas, só poderão ser aceites ao presente Concurso:

- i) Candidaturas de âmbito nacional (candidaturas de âmbito nacional prosseguem interesses nacionais ou de duas ou mais regiões);
- ii) Candidaturas que tenham enquadramento nas tipologias de acção identificadas no ponto 3;
- iii) Candidaturas individuais ou, candidaturas conjuntas, compostas *exclusivamente* por sujeitos passivos da TGR, quando os mesmos satisfaçam as condições enunciadas no n.º 4 e no n.º 5 do artigo 10.º

Não serão consideradas elegíveis candidaturas que sejam apresentadas simultaneamente a nível regional e nacional ou cujas acções, projectos ou operações tenham sido já iniciados à data de apresentação da candidatura.

5.2 — Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas devem ser apresentadas no período pré-determinado definido no ponto 6, por via electrónica, através do Formulário de Candidatura disponibilizado para o efeito no sítio da *Internet* da Agência Portuguesa do Ambiente (<http://www.apambiente.pt>).

As candidaturas devem ser instruídas em conformidade com o previsto no Regulamento, com as indicações expressas no Formulário de Candidatura e com os documentos que os Proponentes considerem necessários para avaliação das mesmas. Todos os documentos que compõem a candidatura devem ser identificados em secção própria

do Formulário de Candidatura (Secção 6 — Listagem de documentos anexos à candidatura).

O Formulário e os documentos que o acompanham devem ser enviados por correio electrónico para o endereço tgr.candidatura@apambiente.pt ou, em alternativa, entregues em CD ou DVD, directamente na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no Serviço de Expediente/Entradas, na Rua da Murgueira, 9/9-A, Zambujal, Ap. 7585, 2611-865 Amadora, das 9H00 às 17h30, ou enviados por correio registado para a mesma morada, desde que a recepção ocorra dentro do prazo fixado no ponto 6.

Se o envio da candidatura for feito por correio, o concorrente será o único responsável pelo extravio ou atrasos que se verifiquem, não podendo, por isso, considerar-se atempadamente apresentada a candidatura que dê entrada depois da data limite indicada no ponto 6.

6 — Período para apresentação de candidaturas

O período para a apresentação das candidaturas a que se refere o presente Aviso inicia-se no dia imediato à sua publicação no *Diário da República* e decorrerá até às 17 horas do 30.º dia útil seguinte.

7 — Financiamento

O montante de financiamento global afecto ao presente Aviso é de 2.080.000,00 €.

Salvaguardando-se o disposto no artigo 13.º e no n.º 8 do artigo 18.º, o financiamento das candidaturas seleccionadas obedece cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) O limite máximo de financiamento atribuível às candidaturas depende da tipologia de acção para a qual concorrem, relevando para o efeito os valores indicados no Quadro 2 infra;

b) As despesas elegíveis serão comparticipadas num limite máximo de 75%.

QUADRO 2

Limite máximo de financiamento por tipologia de acção

	Tipologia de acção elegível	Limite máximo de financiamento (€)
TA01	Projectos de prevenção de resíduos, como sejam a compostagem caseira, plataformas para a promoção da reutilização, desincentivo ao uso de sacos de plástico, entre outras	150.000
TA07	Projectos de recolha selectiva do tipo <i>pay-as-you-trow</i>	300.000
TA08	Projectos de recolha selectiva porta-a-porta	150.000
TA09	Projectos de recolha de pequenas quantidades de resíduos perigosos contidos nos resíduos sólidos urbanos	150.000
TA10	Projectos de reciclagem e valorização de fluxos de resíduos existentes e emergentes, designadamente quanto a resíduos de embalagens, óleos alimentares usados, resíduos de construção e demolição, resíduos biodegradáveis, entre outros	300.000
TA12	Projectos de apoio à resolução de passivos ambientais, como sejam as decorrentes de lixeiras encerradas, sucatas, entre outras	300.000
TA13	Apoio a acções de sensibilização e comunicação específicas, designadamente no âmbito do eco-consumo e da redução do consumo de sacos de plástico	150.000
TA16	Projectos de apoio ao desenvolvimento do mercado organizado dos resíduos	300.000
TA17	Estudos para a aplicação de materiais reciclados	150.000
TA18	Outras acções que estimulem o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduo	150.000

8 — Âmbito geográfico

São elegíveis candidaturas de âmbito nacional, ou seja, candidaturas que visem prosseguir os interesses nacionais ou de duas ou mais regiões NUTS II do Continente: Norte, Centro, Alentejo, Lisboa e Algarve.

9 — Selecção das candidaturas

9.1 — Critérios de Selecção

As candidaturas serão objecto de avaliação através de um sistema de notação resultante da aplicação de critérios de selecção, aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente. A aplicação dos critérios é realizada por referência aos parâmetros qualitativos e quantitativos identificados no Quadro 3, cuja ponderação determinará a hierarquização objectiva das candidaturas.

QUADRO 3

Critérios de selecção e respectivos parâmetros de avaliação

Critérios/Subcritérios

A. Contributo para os objectivos e metas fixadas nos Planos de Gestão de Resíduos e legislação aplicável

A.1 Relevância estratégica e enquadramento nos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos

- Muito significativo (5)
- Significativo (3)
- Pouco significativo (1)

A.2 Enquadramento e adequação do Projecto, dos seus objectivos específicos e da metodologia proposta

- Muito significativo (5)
- Significativo (3)
- Pouco significativo (1)

B. Oportunidade de realização e optimização do investimento na perspectiva dos benefícios esperados

B.1 Clareza e rigor na definição das actividades a desenvolver e dos objectivos a alcançar

- Clareza na definição e coerência individual e sequencial (5)
- Clareza na definição e coerência individual (3)
- Não evidência clareza na definição das actividades a desenvolver (1)

B.2 Calendarização apropriada às actividades a desenvolver e orçamento global adequado às actividades

- Calendarização e orçamentação apropriada a nível individual e global (5)
- Calendarização e orçamentação apropriada a nível global (3)
- Calendarização das actividades ou orçamento global desadequados (1)

C. Aplicação do princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos, que privilegia a prevenção, reutilização, reciclagem e outras formas de valorização pela ordem indicada

C.1 Impacte dos resultados expectáveis

- Muito significativo (5)
- Significativo (3)
- Pouco significativo (1)

C.2 Evidência dos resultados expectáveis

- Demonstra evidência e fundamentação (5)
- Demonstra evidência e não fundamentação (3)
- Não demonstra evidência (1)

D. Grau de inovação e de detalhe das acções, projectos e operações propostos

D.1 Carácter inovador do ponto de vista técnico ou metodológico

- Evidência de utilização das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) ou metodologias de abordagem/boas práticas aplicáveis (5)
- Evidência de utilização parcial das MTD ou das metodologias de abordagem inovadoras/boas práticas aplicáveis (3)
- Inexistência ou ausência de evidência da utilização das MTD ou das metodologias de abordagem inovadoras/boas práticas aplicáveis (1)

D.2 Replicabilidade da Solução

- Evidência de aplicabilidade a outras situações (5)
- Inexistência ou ausência de evidência de possibilidade de aplicação a outras situações (1)

E. Abrangência do Projecto, tendo em conta a prossecução dos interesses nacionais em matéria de gestão de resíduos

E.1 Demonstração de enquadramento no âmbito geográfico

Evidência de enquadramento em mais do que 4 NUTS (5)
Evidência de enquadramento em pelo menos 3 NUTS (3)
Evidência de enquadramento em pelo menos 2 NUTS (1)

E.2 Relevância em termos de população servida

— Muito significativo (5)
— Significativo (3)
— Pouco significativo (1)

F. Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários

F.1 Tipo de relação de complementaridade com os outros investimentos co-financiados ou a co-financiar por programas nacionais ou pelo FEDER e Fundo de Coesão:

— Relação de complementaridade directa ou parcial (5)
— Relação de complementaridade indirecta (3)
— Inexistência ou ausência de evidência de relação de complementaridade (1)

A evidência dos factores que relevam para a aplicação dos critérios de selecção identificados e respectivos parâmetros de avaliação (sub-critérios) é da responsabilidade dos proponentes.

A pontuação de cada critério, que corresponde à Classificação Parcial (CP), será resultante da média ponderada da pontuação atribuída aos seus subcritérios (1,3 ou 5).

A Comissão de Avaliação poderá basear-se noutros critérios de mérito para além dos referidos no presente Aviso, em casos de empate entre candidaturas, recorrendo para o efeito, designadamente, aos impactes previstos do Projecto no emprego.

9.2 — Classificação Final

A Classificação Final (CF) de cada candidatura é estabelecida na escala de 1 a 5, através da seguinte fórmula:

$$CF = \sum_i CP_i \times P_i$$

Onde:

CP_i — Classificação Parcial da candidatura segundo o critério i
P_i — Ponderação do critério i

(A classificação será estabelecida até à 2.ª casa decimal sem arredondamento)

Durante a fase de apreciação e análise, poderão ser prestados elementos ou informações adicionais em resposta às dúvidas ou questões formuladas pela Comissão de Avaliação.

Serão consideradas como passíveis de financiamento as candidaturas que tiverem um mínimo de 2,5 pontos. Estas serão elencadas por ordem decrescente da CF obtida, sendo o financiamento atribuído, por esta ordem, até ao esgotamento da verba disponível.

10 — Motivos de exclusão dos candidatos

Serão motivos de exclusão a financiamento, a inobservância:

- i) das condições previstas nos n.ºs 1 a 5 do artigo 10.º do Regulamento;
- ii) de situação regularizada no que respeita ao pagamento da TGR;
- iii) das condições fixadas no presente Aviso de Abertura.

11 — Comunicação da Decisão ao Beneficiário

A comunicação relativa à avaliação das candidaturas, será notificada aos respectivos beneficiários no prazo máximo de 60 dias contados do último dia para apresentação de candidaturas.

12 — Esclarecimentos

Pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos a:

Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9-A — Zambujal — Ap. 7585
2611-865 Amadora
Telefone: (351) 21 472 82 00 — Horário das 9h00 às 17h30;
Fax: (351) 21 471 90 74
E-mail: tgr.maisinfo@apambiente.pt

06 de Julho de 2010. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

203455714

Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P.

Aviso n.º 13759/2010

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de três postos de trabalho do mapa de pessoal da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP, da carreira geral de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Concurso ARHALGARVE/01/2010 — nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que por despacho de 21 de Dezembro de 2009, da Presidente da ARH do Algarve, IP, se procede à abertura de procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista a ocupação de três postos de trabalho da carreira geral de técnico superior, previstos e não ocupados, constantes no mapa de pessoal da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP, na modalidade de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Reserva de recrutamento — para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento neste organismo e não ter sido efectuada consulta prévia à ECCRC, por ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez, que ainda não foi publicitado procedimento concursal para a constituição das referidas reservas de recrutamento.

3 — Âmbito do recrutamento — o presente recrutamento efectua-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecida e ainda, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente constituída, conforme disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12 A/2008, de 27 de Fevereiro, bem como parecer favorável identificado no ponto 11 do presente aviso.

4 — Número de Postos de Trabalho a ocupar — 3 (três).

5 — Modalidade da relação jurídica de emprego público a constituir — Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

6 — Local de Trabalho — Rua do Alportel, 10, em Faro.

7 — Caracterização dos postos de trabalho — em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado:

Referência A

Desempenho de funções técnicas no âmbito do Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico, nomeadamente gerir e valorizar os activos; assegurar a boa execução dos procedimentos associados à geração de receitas e aplicação do regime económico-financeiro, incluindo a cobrança da taxa de recursos hídricos; controlar a execução orçamental do plano de actividades; assegurar o movimento e operações de tesouraria, incluindo os necessários procedimentos técnico-administrativos, financeiros e legais; preparar, organizar e acompanhar os procedimentos administrativos de contratação pública; fomentar a preparação e participação em programas ou projectos candidatos a financiamentos nacionais e comunitários, gerindo a sua execução; garantir mecanismos do sistema de controlo interno.

Referência B

Desempenho de funções técnicas no âmbito do Departamento de Recursos Hídricos do Litoral, nomeadamente Gestão de processos no âmbito do licenciamento de recursos hídricos; gestão de processos de contra-ordenação; atendimento especializado ao público nas áreas da gestão e licenciamento de recursos hídricos; secretariado, expediente geral e arquivo; utilização de bases de dados de gestão documental; emissão de títulos de utilização e de cobranças de taxas.

Referência C

Desempenho de funções técnicas no âmbito da Divisão de Recursos Hídricos Interiores, nomeadamente Gestão de processos no âmbito do licenciamento de recursos hídricos; gestão de processos de contra-ordenação; atendimento especializado ao público nas áreas da gestão e licenciamento de recursos hídricos; secretariado, expediente geral e arquivo; utilização de bases de dados de gestão documental; emissão de títulos de utilização e de cobranças de taxas.